



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
11^a andar

ATA N° 3192281/2017 - DFORSP/SADM-SP/NUID

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Evento:	2 ^a Audiência Pública do Orçamento-Programa Participativo (iNovaJusp)	
Data:	23/10/2017	
Horário:	14h00	
Local:	Auditório do Juizado Especial Federal de São Paulo	
Componentes da Mesa	Paulo Cezar Neves Junior	Juiz Federal Diretor do Foro
	Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni	Juíza Federal Vice Diretora do Foro
Processo:	0062411-20.2017.4.03.8001	

ASSUNTOS DEBATIDOS

ABERTURA	<p>Dr. Paulo deu início agradecendo a presença de todos e informando que o intuito da Audiência era explicar para a sociedade o que está sendo feito na gestão judiciária da Justiça Federal de São Paulo, mas, principalmente, receber as demandas, questionamentos e dúvidas de forma a incorporar essas participações à construção de nosso orçamento e consequentemente trazer maior eficiência à gestão.</p> <p>Registrou a presença dos representantes das instituições: Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE, Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul - AJUFESP, Procuradoria-Regional da União na 3^a Região - PRU-3R, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional São Paulo - OAB/SP, Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - SINTRAJUD, assim como servidores da própria Justiça Federal.</p> <p>Em seguida, foi exibido vídeo com a apresentação dos procedimentos adotados para o Orçamento-Programa Participativo da Justiça Federal de São Paulo.</p> <p>Como forma de situar os participantes sobre a situação financeira-orçamentária da Justiça Federal de São Paulo, o Dr. Paulo apontou as dificuldades trazidas com a edição da Emenda Constitucional nº 95, que criou um teto de gastos para os órgãos</p>

públicos, e que, diante dessa redução paulatina da possibilidade de gastos, foram necessários cortes drásticos, tais como extinção do programa de estágio, diminuição do horário de funcionamento dos fóruns, redução de gastos com energia elétrica etc.

Assinalou que o Orçamento-Programa Participativo do ano passado demonstrou a grande necessidade de retorno dos estagiários e que, por conta disso, em breve, com as medidas de contenção de gastos levadas a efeito, será possível assinar novo contrato recuperando o programa de estágio.

Após a abertura, foi dada a palavra aos participantes que se inscreveram para manifestação, começando pelo Dr. Persio Redorat Egea, representante da OAB/SP e membro da comissão de relacionamento com o Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Dr. Persio elencou as seguintes reinvidicações da OAB/SP:

- 1) Ausência de Vara Federal em território que abranja os municípios de Novo Horizonte, Guararapes e Junqueirópolis;
- 2) Problemas de infra-estrutura nas comarcas de Atibaia e Piracaia e na Subseção de Bragança Paulista;
- 3) Solicitação de criação de Vara-Gabinete na Subseção de Guarulhos diante do excessivo volume processual na região;
- 4) Acúmulo de processos no Juizado Federal de São José do Rio Preto e informação de que a 3ª Vara Federal dessa Subseção será transferida para outra, pleiteando, dessa forma, que essa Vara Federal seja convertida em Vara-Gabinete para a própria Subseção;
- 5) Problemas com a revista pessoal de advogados no Juizado da Lapa;
- 6) Celeridade na conversão eletrônica dos processos físicos do Juizado Especial Federal Criminal da capital.

Quanto ao primeiro item, Dr. Paulo afirmou que faria o encaminhamento junto a OAB/SP para ser possível compreender melhor qual seria a proposta.

Em relação à informática, adiantou que haveria o aumento do link de dados para diversas Subseções, trazendo maior capacidade de recepção e transmissão desses dados, e que está em andamento a substituição dos computadores mais antigos para mais novos, direcionando essas novas aquisições para as Subseções mais distantes da capital.

Afirmou que está em análise no Conselho da Justiça Federal e no Conselho da Justiça Federal da 3ª Região - CJF3 proposta da Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3 no sentido de transferir uma Vara Federal de São José do Rio Preto para Guarulhos e que levará as preocupações da OAB/SP no que tange a essas Subseções diretamente à Presidência.

No que se refere à revista pessoal, Dr. Paulo esclareceu que não há unidade de Juizado Federal no bairro da Lapa, pontuando que o

mesmo é abrangido pelo Juizado Especial Federal - JEF da capital e que irá verificar se a demanda diz respeito ao fórum estadual da Lapa ou ao nosso JEF.

Em relação ao tema segurança, informou que foram feitas aquisições no ano passado de algemas, coletes balísticos e bastões retráteis em atendimento à demanda de nossos agentes de segurança e que está em estudo ainda a liberação de porte de arma, mas, quanto à aquisição de armas de eletrochoque - *teasers* - a primeira avaliação da área técnica da Diretoria do Foro é que não se justificaria essa medida tanto por questões de despesa quanto relativas ao próprio uso desse equipamento.

Em seguida, o Dr. Luiz Carlos de Freitas, chefe da Procuradoria Regional da União na 3ª Região, foi convidado a se manifestar.

Dr. Luiz Carlos primeiramente parabenizou o projeto de unificação do Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe e do sistema eletrônico do Juizado Especial Federal, em fase final de avaliação pela Administração da Justiça Federal.

Apresentou a proposta de realização de audiências por videoconferência também na área cível pontuando os ganhos tanto para a Justiça Federal quanto para a Advocacia da União, além da economia de recursos. Observou a necessidade de investimento no sentido de minorar as instabilidades e intercorrências no sistema do PJe, bem como o estabelecimento de um protocolo de suspensão dos prazos quando estas ocorrerem. Propôs a integração e sincronização do sistema do PJe com o sistema de inteligência jurídica da Advocacia Geral da União - AGU chamado *Sapiens*.

Foi dito por Dr. Paulo que levaria a proposta de integração dos sistemas da Justiça Federal e da AGU, assim como a informação relativa às instabilidades do sistema do PJe, ao Tribunal, visto que as demandas relacionadas à TI são concentradas no TRF com a participação do 1º Grau. Foi dito também que uma nova solução de videoconferência será implementada em breve e que com essa alteração de modelo os computadores de todas as salas de audiência poderão realizar videoconferência, tornando mais fácil a concretização da medida pretendida. Acordaram de estudar a possibilidade de realização de um projeto piloto para que as audiências cíveis com a Procuradoria Regional da União sejam feitas por videoconferência.

Dra. Luciana acrescentou que com a implantação definitiva do PJe nós vamos ter uma grande alteração no sistema de justiça pois não haverá mais distâncias. Lembrou que nós temos um laboratório de inovação na Justiça Federal de São Paulo, que é o primeiro do Judiciário da América do Sul, e que nele vem sendo desenvolvido um projeto para repensar esse sistema diante dessa revolução que vem ocorrendo, à exemplo de diversas atividades desenvolvidas por servidores que serão extintas, tais como numeração de folhas, autuação etc.

Foi passada a palavra aos representantes do Sintrajud.

DEBATES

O Sr. Gilberto Terra iniciou falando da grande preocupação do Sindicato com relação aos terceirizados e a nova Lei de Terceirização. Afirmou que daqui pra frente o Sintrajud pretende acompanhar mais de perto os assuntos relacionados a esse tipo de serviço e pediu o máximo de transparência e publicidade de forma a que possam tomar conhecimento acerca do custo com cada um desses trabalhadores para a Justiça e de como são realizados esses contratos. O segundo tema abordado relacionou-se à questão do plano de saúde dos servidores no qual houve o pleito de adoção do modelo de autogestão no plano de saúde da Justiça.

A Sra. Maria Ires discorreu acerca da preocupação com a saúde dos servidores com foco na saúde mental. Aduziu o grande gasto dispendido por conta de afastamentos de servidores decorrentes de questões psicológicas e sugeriu que parte do orçamento seja voltado para a questão da prevenção da saúde dos nossos servidores. Reforçou também a preocupação com a situação dos servidores no caso de transferência de varas de uma subseção para outra. Por último mencionou a redução do número de faxineiras no JEF da capital por conta dos cortes orçamentários.

Dr. Paulo afirmou que a transparência já existente nos contratos de terceirização continuará a existir e será ampliada caso se faça necessária havendo algum aspecto ainda não abordado. Lembrou que houve um pedido formal do Sindicato sobre os contratos de terceirização por ele já despachado no sentido de atendimento ao que foi solicitado. Explicou que a redução do quadro de terceirizados foi feita com base em estudos técnicos junto às empresas levando-se em conta o que os normativos de proteção aos trabalhadores preveem. Que a redução foi feita dentro do que era aceitável e de forma a não comprometer o funcionamento dos fóruns. Que há uma preocupação em adotar medidas de valorização ao trabalho dos terceirizados.

Quanto à saúde e plano de saúde dos servidores, foi dito por Dr. Paulo que o Núcleo de Saúde da Administração da Justiça Federal de 1º Grau foi recentemente reestruturado de forma a dar enfoque no viés da prevenção, buscando melhorar o fluxo na concessão de licenças e dar subsídios para que os nossos médicos tenham condições de formular um programa de prevenção mais eficaz. Informou que foi proposta a transformação de especialidade de um cargo vago de médico para a especialidade de psiquiatria, reconhecendo a demanda de prevenção da saúde mental dos servidores.

A Sra. Adriana Piesco de Melo, Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas - UGEP da Administração da Justiça Federal de 1º Grau, fez um aparte pontuando que houve a fusão dos Setores de Psicologia e de Qualidade de Vida e consequente criação da Seção de Psicologia e Qualidade de Vida, resultando na reunião de mais profissionais da área com ênfase na melhoria da questão da prevenção. Que essa Seção lançará em breve um projeto de *coaching* psicológico-gerencial visando, no primeiro momento, trabalhar as relações interpessoais no âmbito do trabalho melhorando a comunicação entre servidores e servidores

e gestores.

Dra. Luciana, observou que o deslocamento de servidores é doloroso para a Administração, porém, deve-se atentar para a situação de Varas e Subseções que trabalham com quadro de servidores extremamente reduzido gerando pressão e sobrecarga de trabalho. Que o momento de restrição orçamentária, sem possibilidade de reposição de cargos vagos em diversos casos, gera a necessidade de divisão de força de trabalho de forma mais equalizada para que não sobrecarreguem servidores de determinadas Varas que recebem demanda excessiva.

Seguindo, Dr. Paulo leu uma sugestão do servidor Aloê Fernandes Felippe para que o aluguel pago pela Justiça para funcionamento de nossos fóruns seja convertido em compra desses imóveis com esses valores pagos mensalmente.

Dr. Paulo explicou que o procedimento adotado na escolha de prédios para instalação de Vara segue uma linha de prioridade em que primeiro é feita uma busca junto ao Serviço de Patrimônio da União de prédio à disposição que possa ser cedido. Caso não haja, verifica-se a possibilidade de apoio de algum outro orgão público. A terceira medida é a verificação de compra, que, entretanto esbarra na necessidade de recursos financeiros bastante elevados. Disse também que buscou renegociar todos os contratos de aluguel dessa Justiça por meio de análise de preço de mercado. Que já é uma política alinhada com o Tribunal a eliminação de gastos com locação.

Dra. Luciana pontuou que um dos objetivos estratégicos do programa *Inovajusp* é justamente a necessidade de aquisição de imóveis para a adequação do orçamento.

Dra. Marcelle Ragazoni Carvalho Ferreira, em nome da AJUFE, questionou acerca da entrega de *laptops* e telefones institucionais aos magistrados recém empossados. Questionou ainda acerca do recebimento de ajuda de custo pelos juízes. Por fim, indagou se diante do quadro orçamentário previsto para o ano que vem haverá mudanças ou melhorias, por exemplo, nos contratos de limpeza e segurança.

Dr. Paulo informou que confirmaria junto ao Tribunal se os novos juízes já receberam os *laptops*. Quanto à ajuda de custo, a tendência é a de que os novos juízes não recebam a verba por conta do entendimento do Conselho da Justiça Federal de que a primeira lotação não gera esse tipo de adicional. Já para os juízes removidos, foi realizado um trabalho para que estes pleiteiem com urgência o que entenderem de direito - ajuda de custo e mudança - para que esses valores sejam pagos ainda este ano, pois existe orçamento para tanto e para ano que vem já não há essa certeza. Disse que acredita que mudanças no sentido de aumento de cortes não deverão ocorrer visto já termos chegado num limite com os gastos e que, com os esforços empreendidos até o momento, já conseguimos algumas economias importantes. Que a prioridade de melhoria neste momento, decidida inclusive junto ao Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora - CONGIP, é o retorno do programa de estágio. O

segunda prioridade diz respeito a necessidade premente de implantação do monitoramento eletrônico, leia-se tornozeleiras, para as Varas Criminais. Que num segundo momento seria possível a retomada da melhoria dos contratos de terceirização, principalmente, os de limpeza e segurança.

A Sra. Cecília Kumiko Tanaka, diretora do Núcleo Orçamentário - NUOR da Administração da Justiça Federal de 1º Grau, fez uma breve explicação acerca do processamento dos restos a pagar da Justiça.

O Sr. Gilberto Terra, do Sintrajud, fez sugestão para que seja encaminhado pleito ao Conselho da Justiça Federal no sentido de alterar sua determinação de que os gastos com saúde na Justiça Federal não possam ser reajustados pelo índice da inflação.

Dr. Paulo reforçou que não há resistência alguma, tanto do nosso Tribunal quanto do 1º Grau quanto a essa medida, a qual já foi buscada, mas que ainda assim levaria essa solicitação às autoridades competentes.

SADM:

1 - Verificar junto à OAB/SP qual seria a proposta para os municípios de Guararapes, Junqueirópolis e Novo Horizonte, ou seja, alterar competência de Subseção já existente ou instalar uma nova Subseção Judiciária;

2 - Levar as preocupações da OAB/SP no que tange às Subseções de Guarulhos e São José do Rio Preto ao TRF 3ª Região;

3 - Verificar se a demanda da OAB com relação à revista pessoal dos advogados diz respeito ao fórum estadual da Lapa ou ao JEF - São Paulo;

4 - Levar a proposta de integração dos sistemas da Justiça Federal e da AGU, assim como a informação relativa às instabilidades do sistema do PJe, ao TRF 3ª Região, visto que as demandas relacionadas à TI são concentradas lá com a participação do 1º Grau;

5 - Verificar se os novos juízes já receberam os laptops e se há telefones celulares em número suficiente para o atendimento desta demanda;

6 - Encaminhar pleito ao TRF 3ª Região para que os gastos com saúde na Justiça Federal possam ser reajustados pelo índice da inflação.

ENCAMINHAMENTOS

Dra. Luciana agradeceu os presentes, relembrou a experiência da primeira Audiência Pública sobre o Orçamento-Programa Participativo realizada no ano passado e ressaltou que a presença de todos nessa segunda Audiência retrata que devemos dar continuidade a esse trabalho.

ENCERRAMENTO

Dr. Paulo destacou o papel desempenhado pelo Dr. Persio e Dr. Luiz Carlos de buscarem a participação e debate junto aos demais membros de suas respectivas instituições antes de levarem suas demandas para a Audiência Pública, ressaltou a

evolução de qualidade ocorrida desde a 1ª Audiência realizada do ano passado e agradeceu a todos os presentes pela colaboração e pelas sugestões. Deu por encerrada a audiência.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cezar Neves Junior, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 28/10/2017, às 16:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3192281** e o código CRC **7E9A8B5C**.

0062411-20.2017.4.03.8001

3192281v140